

IMPLANTAÇÃO REFERENCIAL

PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS



1. ESTRATÉGIAS

1.1. Planejamento estratégico e Vocacional

O PET possui atrativos de rara beleza e muito bem avaliados pelos visitantes. No entanto, seu entorno imediato ainda carece de infraestrutura básica e turística. Nesse contexto, cabe destacar que as duas cidades turísticas mais próximas, Cambará do Sul e São Francisco de Paula, são mais ativas no marketing e promoção dos destinos e possuem produtos estruturados, com comercialização intermediada por agências locais que incluem.

Há a necessidade de investimentos em estruturas para recepção do visitantes. O parque em si não tem infraestrutura ou serviços que possam atender o visitante de maneira satisfatória, exceto um núcleo que atende um Camping localizado no seu interior, e que possui algumas estruturas básicas. A expansão inicial do turismo está atrelada à capacidade e disposição de uma melhor infraestrutura

interna - de recepção, alimentação, lojas e sanitários - e restrita, em um primeiro momento aos visitantes que residam nas cidades próximas ou turistas que estejam nas cidades do entorno, que podem ir e voltar, sem necessidade de hospedagem

Estratégia principal: aumento do fluxo de visitantes somente poderá ocorrer a partir da melhoria de oferta turística interna do parque seguido, então, da respectiva divulgação dos seus atrativos por meio de estratégias eficazes, principalmente em mídias e redes sociais, e em parceria com as operadoras de turismo das regiões vizinhas.

Vale reforçar que do ponto de vista de experiências foram verificadas as vocações para o PET bem como a Classe de Experiência que é ofertada ao visitante, sendo portanto, o papel da infraestrutura dar suporte ao desenvolvimento sustentável dessa experiência ao visitante e ao PROJETO.

PONTOS POSITIVOS

- Estradas com beleza cênica
- Formação geológica / hidrológica com alto potencial turístico de aventura
- Amplo contato com a natureza
- Contexto cultural

PONTOS NEGATIVOS

- Atrativos isolados para visitação de curto prazo
- Carência de infraestrutura interna e adjacentes ao parque
- Acesso por estrada de terra (passível de atolamento)

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

- Resistência na monetização
- Adequação de serviços ao frequentador local
- Identidade do parque
- Retenção do “turista de passagem” na cidade e seu entorno -> via atrativo ou serviços turístico.
- Hospedagem -> suprimir “gap” de oferta externa



Visitação em UC cujo atributo ambiental é determinante quanto à expectativa de valor atribuída pelo usuário à sua experiência.

Visitação em UC cujo atributo ambiental é acessório.

É fundamental que o planejamento da infraestrutura preserve a experiência do visitante, mas potencialize as atividade de maior atratividade ao PROJETO.

Do ponto de vista do planejamento das infraestrutura, ainda, parte do foco das melhorias deverá

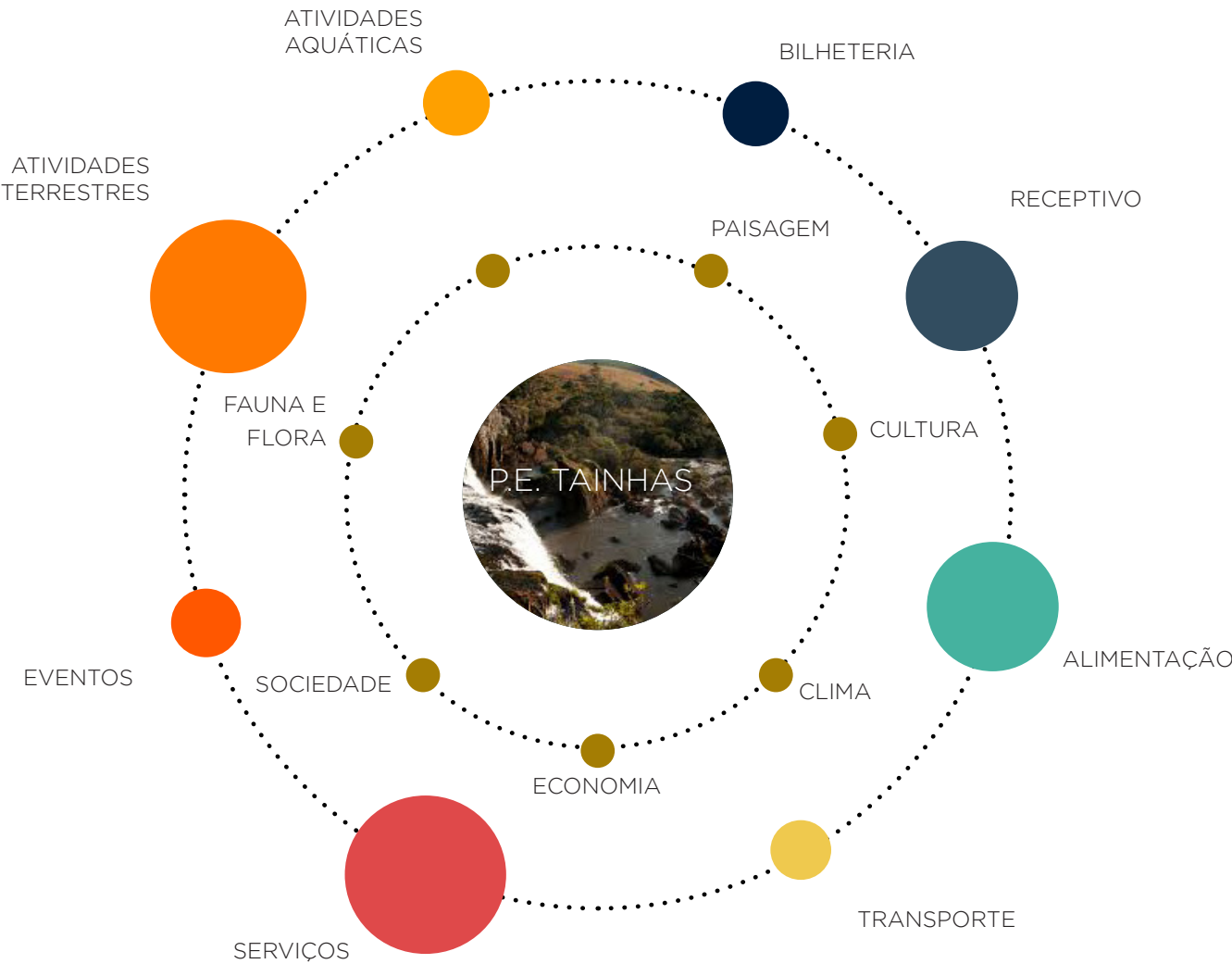


Figura 2. Diagrama esquemático de fatores considerados no Planejamento Atividades. Fonte: Elaboração própria

buscar responder as fraquezas apresentadas pelo índice de maturidade, ao mesmo tempo que deverá responder as percepções avaliadas pelos visitantes quanto a importância da infraestrutura durante a visitação, ou características que melhorariam a visitação.

Conforme pode-se observar na figura abaixo, a percepção sobre as atividades e infraestrutura do PET possui pesos e relevâncias distintas, que também acabam por sinalizar possíveis necessidades ou pontos de melhorias

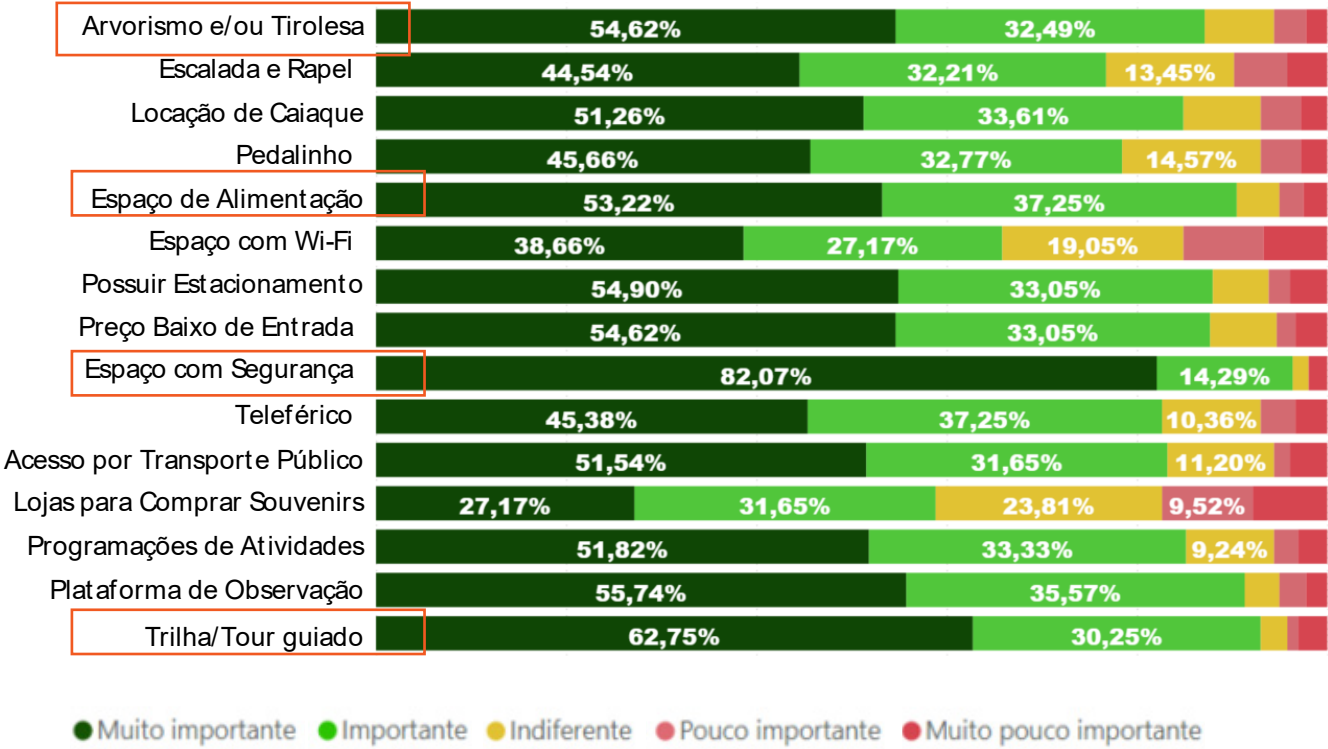


Figura 1. Infraestruturas com interesse. Fonte: Elaboração própria

As intervenções deverão abordar tais características apontando padrões de intervenção que serão traçado, enquanto estratégia a seguir.

As intervenções propostas deverão estar em sinergia com a oferta e demanda atrelada ao parque.

1.2. Diretrizes de intervenção

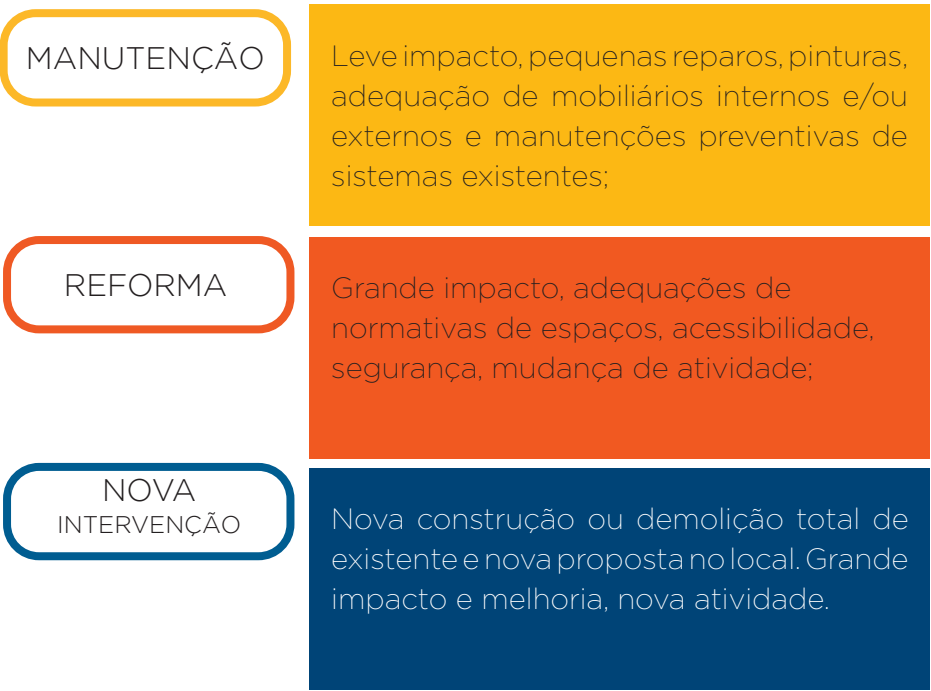
Competirá ao PROJETO, no âmbito das INTERVENÇÕES, modernizar, reformar e implementar novas infraestruturas, relacionadas neste documento, destinadas ao suporte das atividades de uso público do PARQUE nas áreas abrangidas pelo PROJETO.

As INTERVENÇÕES deverão causar pouco ou nenhum impacto ao meio ambiente, devendo sempre que possível, optar por métodos construtivos pré-fabricados e de baixo impacto, materiais reciclados e não tóxicos.

Deverão ser priorizadas, portanto, as práticas sustentáveis no desenho, na materialidade e na construção das edificações e infraestruturas básicas. Os projetos deverão ser desenvolvidos, ainda, em estrito cumprimento às diretrizes de mínimo impacto à paisagem natural existente.

A escolha dos materiais e dos sistemas construtivos deverão ser orientadas por padrões de eficiência e sustentabilidade, leveza, permeabilidade (no caso de pisos), alta durabilidade, resistência, qualidade no desempenho térmico e acústico, bem como matéria prima renovável, quando possível. As obras deverão priorizar, sempre, a mitigação dos impactos de obras no interior do PARQUE, além da diminuição de resíduos de obras e rapidez na implantação das estruturas (em observância ao CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO).

O tipo de intervenção pretendida, foi organizada por classificações de tipo de intervenção de obra civil, leve, moderada ou pesada. As características implicam e refletem na necessidade de um aprofundamento de projeto ou não.



1.2.1. Manutenção

Manutenções serão consideradas como as intervenções que não alterem as características de partes de uma edificação ou infraestrutura, que mantenham as características apenas atualizando sistemas, revestimentos, ações de caráter preventivo ou correções leves para manutenção da operação.

1.2.2. Reforma

Reformas serão consideradas como as intervenções que alterem as características de partes de uma edificação ou infraestrutura, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

As reformas deverão obrigatoriamente prever a adequação às normas vigentes, prevendo melhorias das instalações elétrica, hidráulica e de TI, piso, cobertura, caixilhos, esquadrias, portas, instalação de louças e metais no caso de sanitários, vestiários, cozinhas e refeitórios, pintura interna e externa e instalação de novos equipamentos e mobiliário, quando necessário, a depender do uso do espaço.

1.2.3. Nova intervenção

As nova intervenções serão aquelas que poderão trazer ao PROJETO novos atrativos, melhorias facultativas e que agregarão na experiência do visitante. As propostas deverão ser atuais e integradas à toda estrutura existente. A seguir serão apresentadas algumas diretrizes e condicionantes mínimas a serem adotadas, devendo sempre estar compatível com as legislações municipais, estaduais e federais, quando aplicáveis.

Tabela 1. Condicionantes arquitetônicas. Fonte: Elaboração própria

CONDICIONANTES ARQUITETÔNICAS	
TIPO	RECOMENDAÇÃO
Pé direito mínimo em ambientes de estada	3,0 m
Pé direito mínimo em sanitários e depósitos	2,5 m
Dimensão mínima em ambientes de estada no plano do piso	6m² e círculo de 2,0m de diâmetro inscrito
Dimensão mínima em sanitários	1m²/20 usuários
Índice de iluminância mínimo	Áreas de estar 200 lux Áreas molhadas 100 lux Áreas de trabalho 500 lux
Desníveis entre ambientes e exterior	no máximo 2 mm – conforme Lei 9050/2020

Portas acessíveis	90 cm vão de passagem
Portas em geral	80 cm vão de passagem
Janelas de ventilação e insolação	Área mínima de 0,60 m² 10% da área de piso em depósitos maiores que 2,5 m², cozinhas, copas 5% para sanitários, vestiários e depósitos menores de 2,5 m² Metade das áreas de insolação para ventilação
Forros	Material Local Mínimo 10 cm da estrutura Passagem de tubulações
Ruídos	Salas de aula: 40-50 dB(A) Salas de reunião: 30-40 dB(A) Administração geral: 35-45 dB(A)
Pisos área molhada 10%, Paredes área molhada	Cimentício, cor clara, absorção de água <= coeficiente de atrito molhado >= 0,4; PEI=5, EPU <= 0,6 mm/m Cimentício, cor clara, absorção de água <= 20%, EPU <= 0,6 mm/m
Pisos externos	Preferencialmente materiais naturais, permeáveis, antiderrapante, áspero, lavável
Paredes gerais	Revestimento que garanta estanqueidade e/ou lavabilidade Preferencialmente referências locais

1.3. Modularização do Estudo Preliminar de Novas Estruturas

Os projetos deverão ter como base os princípios da arquitetura flexível e adaptável a diversos usos e atividades, utilizar materiais sustentáveis, visando o mínimo impacto e à máxima integração ao meio ambiente e à paisagem. A utilização de projetos modulares, para este ESTUDO, tem como objetivo a criação de balizas referenciais para estruturar uma visão completa das necessidades e propostas que fomentem um MODELO DE NEGÓCIO interessante e atrativo, com respostas às infraestruturas e quantidades reais para balizar os investimentos.



A escolha do sistema construtivo de novas edificações, reforma, restauro e de instalações existentes deverão minimizar os impactos de obra no interior dos parques, visando a uma obra seca, com diminuição de resíduos focando na rapidez na implantação da estrutura, visando ao mínimo impacto na sua visitação, reforçando o partido arquitetônico escolhido para permear as propostas globais de intervenção.

Os módulos, preferencialmente, devem ser instalados por meio de sistemas construtivos secos, sem a necessidade de grandes obras civis no interior do PARQUE, de modo a mitigar seus impactos adotando sistemas modulares e pré-fabricados, produzidos de maneira industrial, com menos desperdício e rápida montagem in loco. Além disso, possuem maior facilidade de transporte e montagem, aumentando a eficácia da construção. Tal sistema permite a construção ser elevada do solo, evitando impermeabilizações em áreas naturais.

Os módulos poderão adotar estruturas metálicas, woodframe, madeira laminada (MCL), entre outras que fomentem a economia de insumos e menor impacto. Deverão ser adotados fechamentos com materiais locais, que estimulem uma conexão com o território e melhoria da identidade do PARQUE..

Sugere-se ainda, que a novas construções possuam sempre que possível coberturas verdes ou placas fotovoltaicas, instalações elétricas com equipamentos que priorizem selos eficientes e instalações hidráulicas com reuso e dispositivos economizadores.

Outras estratégias de Sustentabilidade das intervenções serão apresentadas adiante.

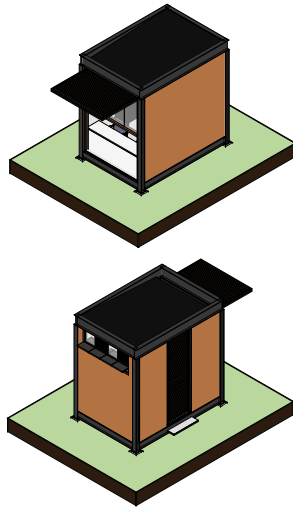
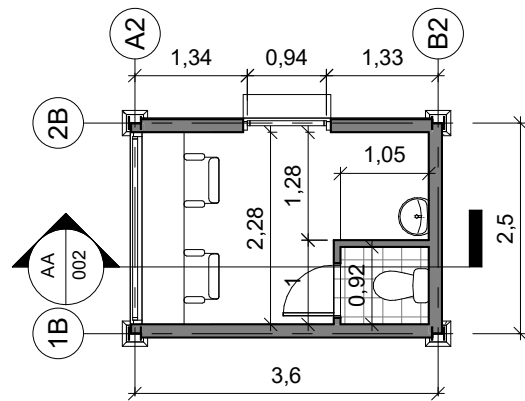
1.3.1. Módulo Guarita

APOIO AO VISITANTE

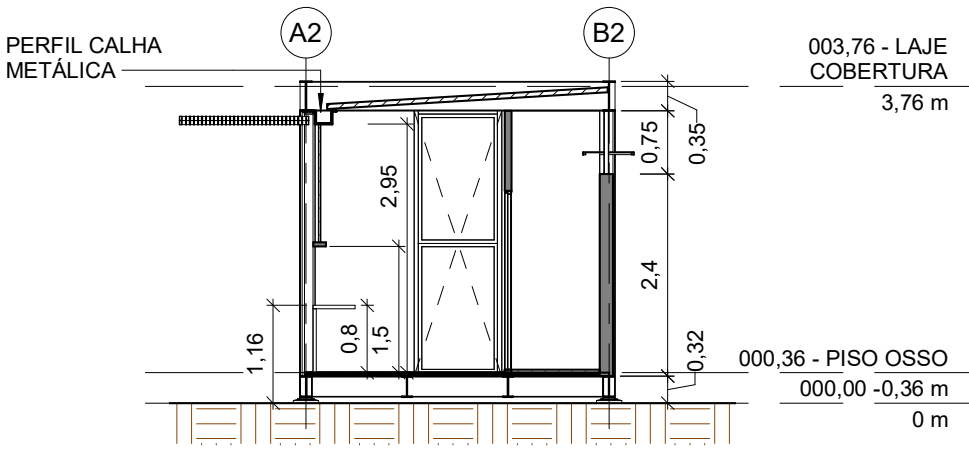
Considerando-se a alocação destas estruturas em locais de entrada e saída de pessoas, mostra-se necessário que, junto ao módulo, seja implementado ao menos um conjunto sanitário para suporte à equipe de trabalho, com a previsão de sistemas de fossa séptica quando não houver a possibilidade de ligação à rede de esgoto.

O módulo deverá ser dimensionado para abrigar ao menos duas pessoas, podendo ser ampliado em caso de necessidade (aumento na demanda e atendimento de visitantes). Quando as edificações existentes não suportarem esta demanda, deverá ser avaliado caso a caso a substituição ou adição de infraestrutura física.

Quando houver venda de ingressos (para as instalações gerais ou atrativos específicos), esta atividade deverá ser realizada junto ao Módulo de Infraestrutura, ou por meio de ferramentas eletrônicas e online para aquisição de ingressos.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:75

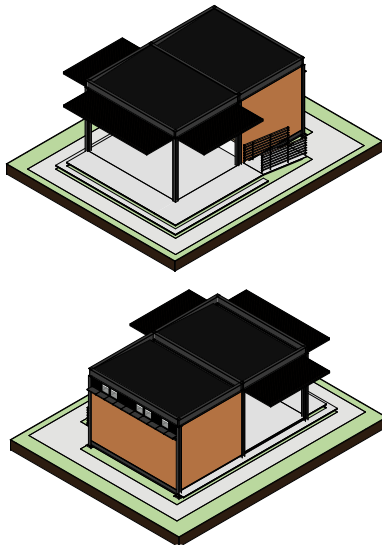
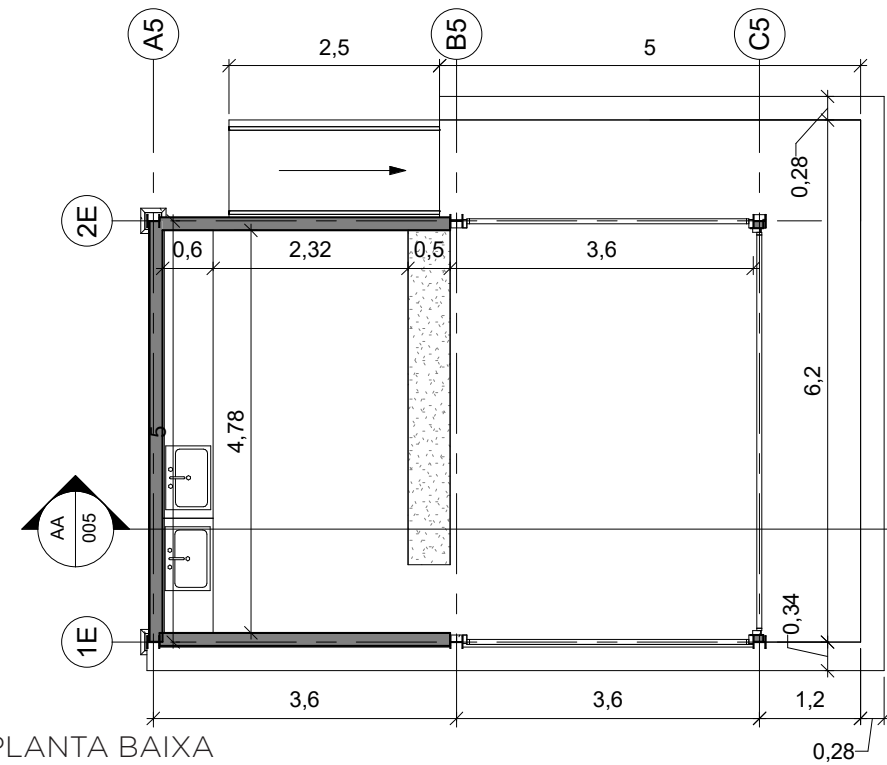


CORTE AA
ESCALA 1:75

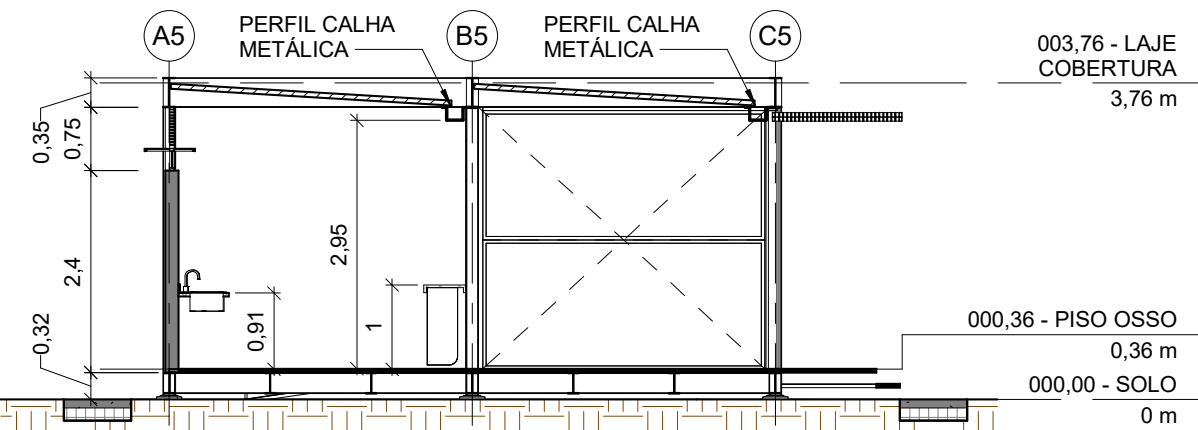
1.3.2. Módulo Lanchonete

ALIMENTOS E BEBIDAS

As estruturas de Alimentos e Bebidas existentes deverão passar por modernizações e ampliações, conforme este PROJETO REFERENCIAL indicará a seguir. Caso a edificação existente não comporte reformas, a construção existente poderá ser demolida e substituída por novos módulos, seguindo os mesmos padrões construtivos já mencionados. As futuras construções não precisam se restringir aos tamanhos indicados referencialmente neste ESTUDO, mas deverão respeitar todas as premissas indicadas no PLANO DE MANEJO.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:75



CORTE AA
ESCALA 1:75

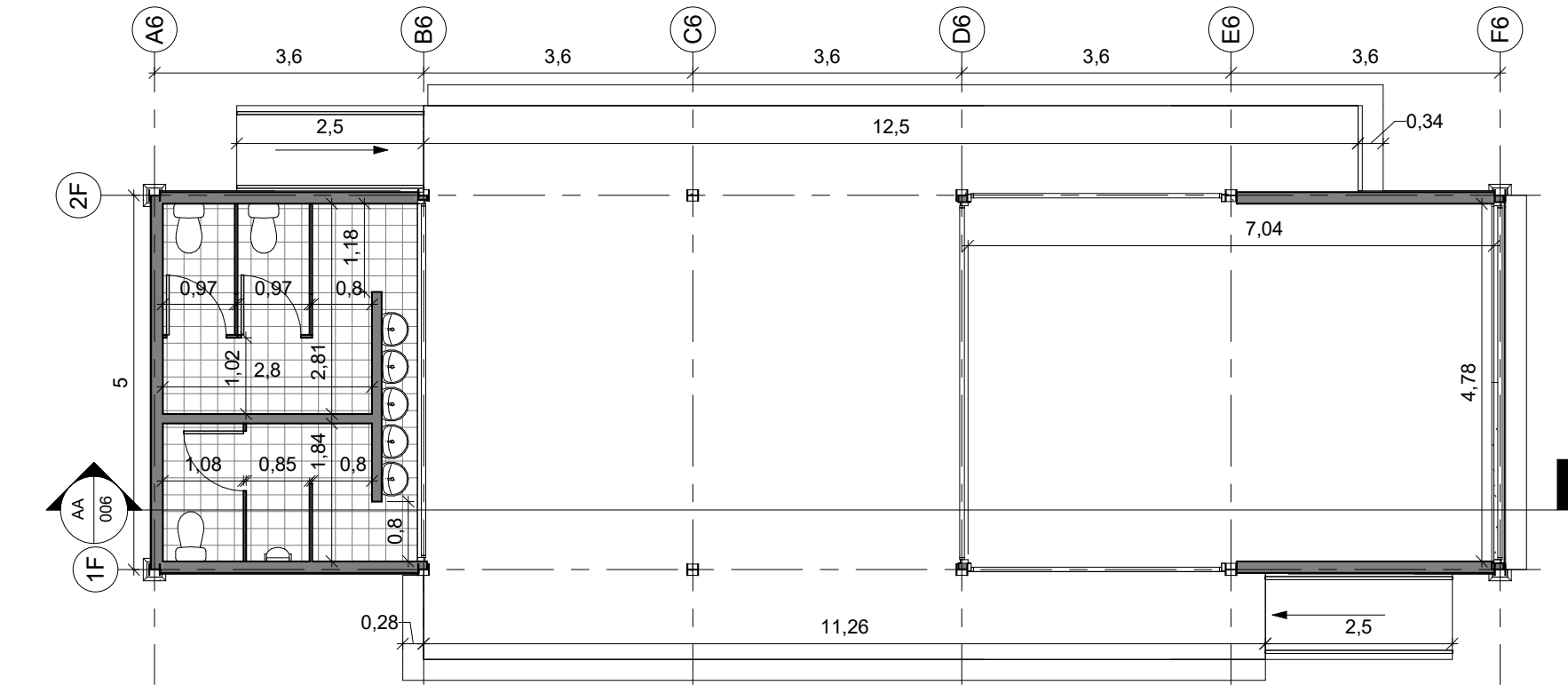
1.3.3. Módulo Visitante

Poderão ser implementados módulos de infraestrutura que criem espaços multiusos, de modo a abrigar as diversas possíveis atividades comerciais, culturais e sociais que complementem os atrativos e a experiência do visitante na UC. Estes módulos visam maximizar também, por consequência, os potenciais de geração de receitas no PROJETO por meio do aluguel da área locável. Os módulos poderão receber desde lojas com produtos destinados ao conforto e satisfação

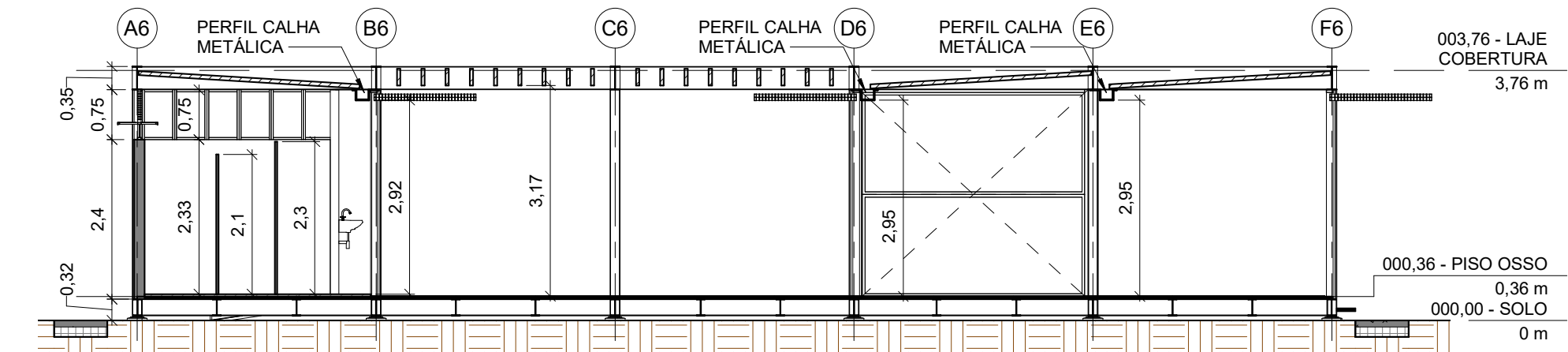
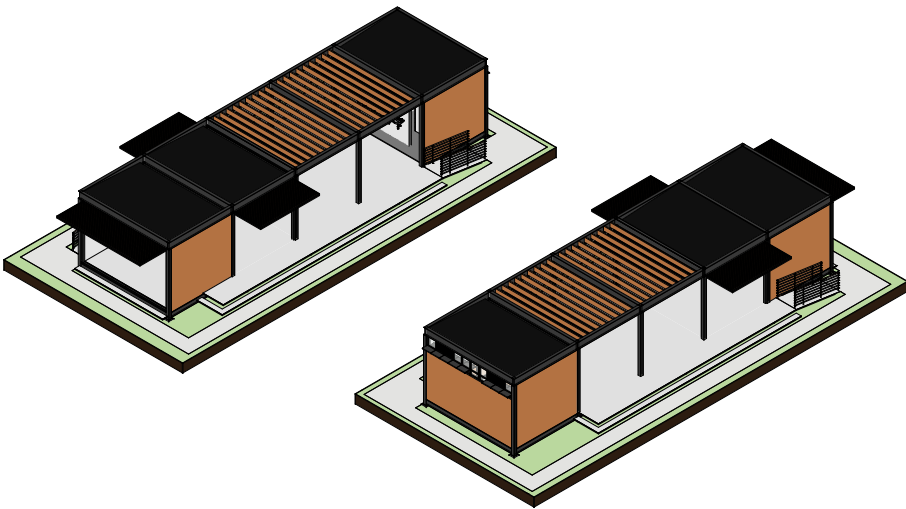
ATRATIVOS

*Construído

do visitante (tais como protetores solares, repelentes, pilhas, capas de chuva, bonés, camisetas, mochilas, botas, chapéus, canecas, bichos de pelúcia etc.), até atividades comerciais, lanchonetes, restaurantes etc.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:75



CORTE AA
ESCALA 1:75

1.4. Materialidades e identidade local

As edificações existentes reformadas ou demolidas e novas deverão criar uma linguagem entre si, estabelecendo a identidade da intervenção arquitetônica. Deverão ser avaliados os materiais locais bem como as materialidades já existentes no PARQUE para seguir uma composição da paisagem integrada com os elementos existentes. A busca pela materialidade local traz também uma questão de identidade para os parques, além de manter as características atuais existentes. Em casos de busca por Certificação das Construções, o emprego do material local fomenta a comunidade e preserva características.

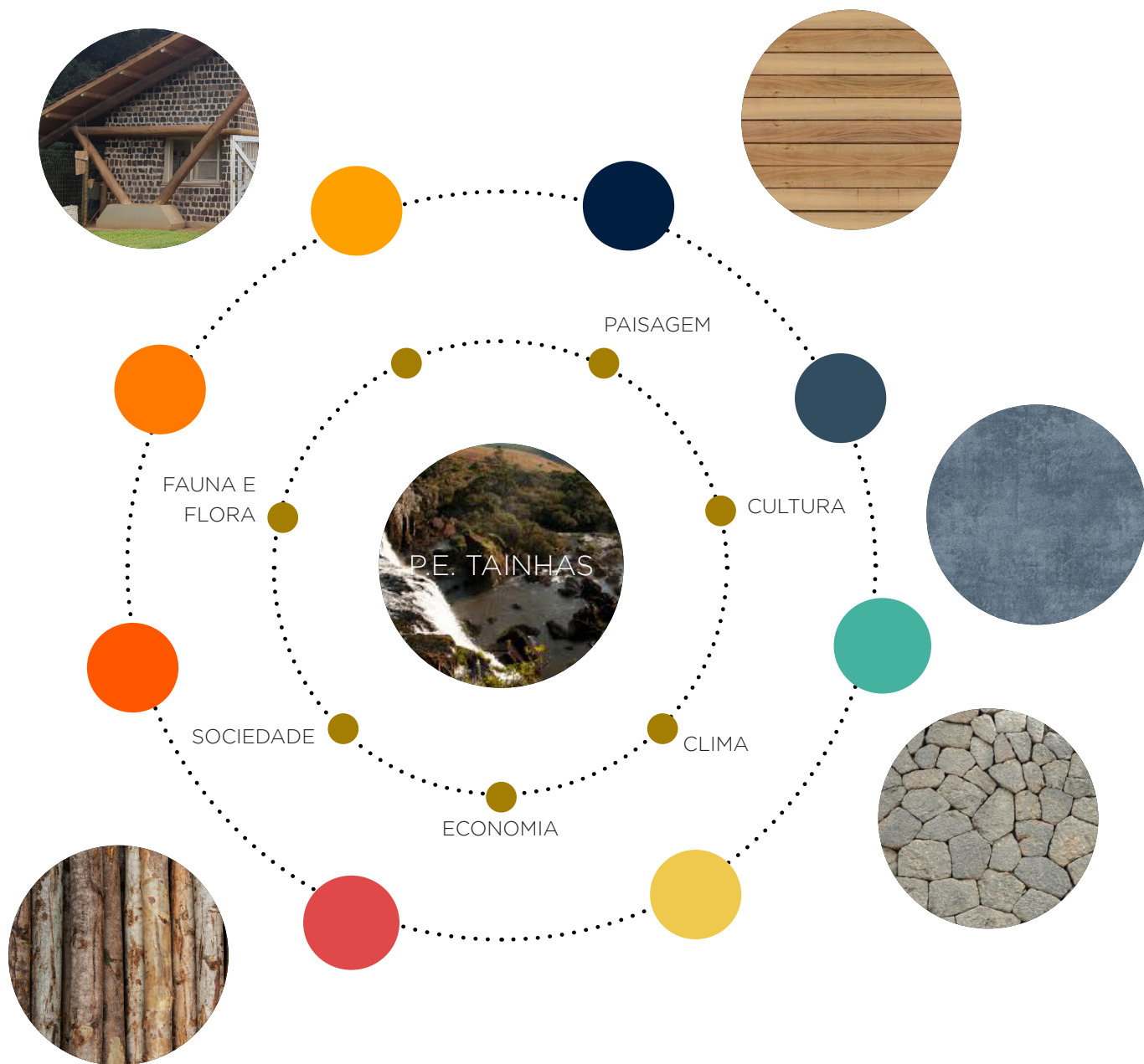


Figura 3. Diagrama esquemático de fatores considerados nas materialidades. Fonte: Elaboração própria

1.5. Diretrizes de Sustentabilidade

Os princípios de sustentabilidade das INTERVENÇÕES deverão estar pautados em objetivos que visam capturar as problemáticas mais relevantes no cenário atual do PARQUE, além de implementar, de modo progressivo, o papel de educação ambiental estabelecido para as Unidades de Conservação no Brasil (Lei Federal n.º 9.985/00).

Espera-se que, a partir do desenvolvimento de um projeto sustentável, atento a estes pilares e princípios, a nova experiência do visitante das áreas de ESTUDO seja efetivamente incrementada, servindo ao PARQUE, idealmente, como parâmetro de condutas sustentáveis ao usuário/visitante. A partir da implantação de um projeto sustentável, espera-se também que este inspire novos comportamentos dos visitantes em sua vida cotidiana a partir da experiência de visita – em linha com o papel dos diferentes entendimentos sobre educação ambiental.

A seguir serão apresentados tanto elementos para nortear as escolhas de projeto quanto para a reforma das infraestruturas existentes no PARQUE. Tais elementos deverão trazer conceitos de conforto ambiental e eficiência energética contida nas certificações verdadeiramente adequadas ao nosso hemisfério e meio ambiente.

O uso sustentável dos recursos naturais deve suprir as necessidades presente, sem afetar a possibilidade das gerações futuras. Ainda que seja um conceito amplo e complexo, por envolver vertentes econômicas, sociais, energéticas e ambientais, no campo de conhecimento específico da arquitetura e edificações, a fim de traçar diretrizes de intervenção, a sustentabilidade é atingida através de 6 principais diretrizes:

- Adoção de fontes de energias limpas e renováveis
 - o Instalação de Sistema de Aquecimento Solar (SAS) para água quente presentes em vestiários sempre que a área sombreada sobre os coletores solares for inferior a 30%;
 - o Utilização de placas fotovoltaicas para a produção de energia. A economia gerada pela instalação deste sistema se dá por meio de “compensação de energia elétrica”.
- Uso racional de energia
 - o Favorecimento na tipologia arquitetônica de ventilação e iluminação natural;
 - o Utilização de cores claras internas e externas, sombreamento de fachadas e materiais com altos índices de refletância em coberturas e fachadas visando diminuir a carga térmica no verão e gastos com ar condicionado;
 - o Uso de iluminação artificial dimerizada associada a sensores de iluminação natural e desligamento automático em ambientes sem uso;
 - o Uso de luminárias e lâmpadas com alta eficiência lumínica, resultando em baixa potência instalada e garantia de conforto aos usuários;
- Seleção de materiais com histórico de menores índices de carbono;
 - o Avaliação do ciclo de vida dos materiais, evitando a especificação de materiais que possuem a intensa emissão de carbono;
 - o Utilizar materiais recicláveis com cargas menores de CO₂, como estruturas de aço,

que diminuem desperdícios, resíduos na obra e podem ser reaproveitados;

- o Utilização de materiais locais.
- Seleção de fornecedores de materiais;
 - o Procurar fornecedores com certificações ambientais;
 - o Incentivar o uso de materiais locais.
- Eficiência no dimensionamento de subsistemas:
 - o Dimensionamento eficiente de instalações elétricas e hidráulicas, e sistemas estruturais para evitar danos a equipamentos e desperdícios de materiais;
 - o Utilização de iluminação, aquecedores, equipamentos e ar condicionado com selos de alta eficiência energética.
- Reuso e Racionalização da água
 - o Captação e tratamento de água de chuva para reutilização em irrigação de jardins e bacias sanitárias;
 - o Captação de águas cinza, passando por tratamento químico, biológico ou físico para reuso em aplicações como irrigação, espelhos d’água, vasos sanitários, lavagem de pisos, lavagem de veículos e torres de resfriamento, tendo como fontes: condensadoras do sistema de ar-condicionado e torneiras de lavatório;
 - o Instalação de equipamentos economizadores de água nos banheiros;
 - o Uso de bacias sanitárias com caixa acoplada e sistema de dual-flush;
 - o Arejadores de vazão constante e fechamento automático nas torneiras de lavatório;
 - o Uso de mictórios secos ou com válvulas de acionamento de baixa vazão e fechamento automático;
 - o Uso de torneira automáticas.

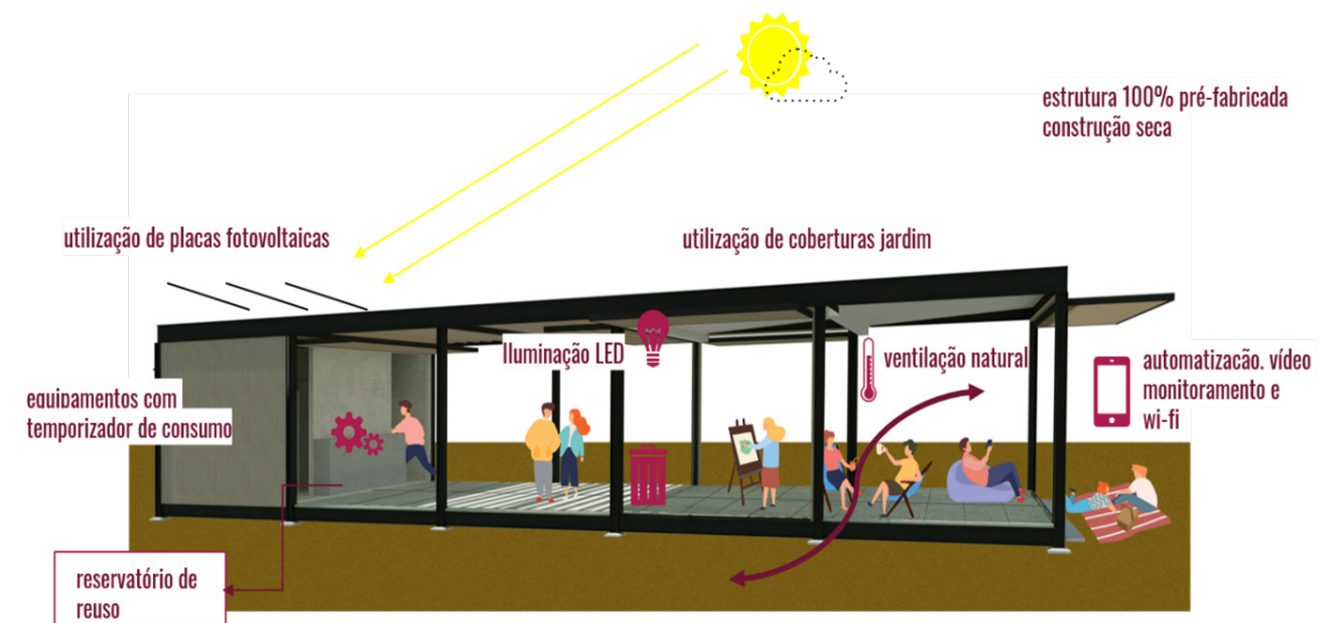


Figura 4. Conceitos Sustentabilidade aplicado. Fonte: Elaboração própria

1.6. Mitigação ambiental

Ao longo do PRODUTO 2, Diagnóstico Socioambiental, foram destacados os principais passivos e riscos ambientais que podem ou não ser prejudiciais ao PROJETO.

Serão avaliados todos os itens levantados, indicado as ações necessárias e os STAKEHOLDERS que deverão estar envolvidos na ação.

Para o PARQUE, estas são as ações e planos de mitigação ambiental:

1) Plano de Combate e Prevenção a Incêndios Florestais: o Plano de Manejo do PE Tainhas apresenta os Programas Operacionais e de Manejo do parque, os quais contemplam atividades que poderão atuar na mitigação dos riscos acima elencados. Entre eles, destaca-se o Programa de Proteção que tem entre seus objetivos:

- Identificação de pontos críticos
- Prevenção e combate de incêndios

Contudo, tendo em vista a relevância do impacto dos incêndios e queimadas para a vegetação do PE Tainhas, considera-se pertinente que as ações de prevenção e combate a incêndios estejam organizadas e operacionalizadas em um programa específico. Por isso, além das atividades já previstas pelo plano de manejo, sugere-se que para mitigação dos riscos de queimadas e incêndios florestais seja elaborado um Plano de Combate e Prevenção de Incêndios Florestais, o qual deverá prever minimamente as seguintes atividades:

- Caracterizar a situação e infraestrutura da Unidade de Conservação (UC); elaborar o mapeamento de áreas prioritárias e críticas de ocorrências de incêndios; sistematizar as ações preventivas; e definir os procedimentos, rotinas e estratégias para o combate ao fogo.
- Confecção e manutenção de estradas de acesso e aceiros em segmentos estratégicos da Unidades de Conservação, especialmente em áreas limítrofes da Unidade onde normalmente há surgimento de focos de incêndios;
- Campanhas Educativas – sensibilização da sociedade civil dos impactos negativos dos incêndios florestais e da prática da queima irregular, através de palestras, campanhas, atividades, etc.
- Disponibilização de material informativo / educativo para os interessados;
- Definição de planos e estratégias de combate, adotados em virtude da natureza do incêndio;
- Formação e capacitação de brigadas municipais, institucionais ou voluntárias, para combate aos incêndios florestais;

STAKEHOLDERS que poderão auxiliar na Mitigação: FEPAM/SEMA, CONSEMA, ICMBio

2) Elaborar estudos de capacidade de suporte para as travessias dos “passos”:

- Monitorar e controlar as travessias realizadas por veículos no rio Tainhas

- Não permitir que a travessia seja feita fora da rota já estabelecida nos “passos”.
- Proibir qualquer atividade que implique lançamento de efluentes no rio Tainhas, como lavagem de veículos, uso de produtos cosméticos (shampoo, sabonete, etc).

STAKEHOLDERS que poderão auxiliar na Mitigação: FEPAM/SEMA, ICMBio, SETUR, Prefeituras Municipais, Conselho Consultivo do Parque.

3) Plano de Monitoramento, Controle e Erradicação de Espécies exóticas:

A presença de espécies exóticas invasoras nas unidades de conservação tem efeito nocivo aos principais objetivos de uma UC (conforme art. 4º da Lei Federal nº 9985/2000), já que possuem menor exigência ambiental e demonstram dominância. Estas, competem com espécies nativas por espaço, nutrientes, dispersores, posicionamento na cadeia trófica, fatores que em longo prazo, podem levar a perda de biodiversidade local. Por essa razão, espécies exóticas invasoras devem ser alvos de programas de controle e erradicação em áreas naturais.

Para mitigação dos riscos que as espécies exóticas exercem as atividades do PE Tainhas recomenda-se a implementação de um plano para monitoramento, controle e, se necessária, a erradicação das espécies exóticas, seguindo as diretrizes do documento ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS - ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO do IBAMA (IBAMA, 2019).

Destaca-se que o Programa de Proteção do PE Tainhas já prevê algumas ações importantes para mitigação destes riscos no seu Programa de Proteção, entre elas destaca-se:

- Instalação de cancelas e pórticos nos principais acessos ao interior do PE Tainhas
- Estabelecimento de rotinas de fiscalização no interior do PE Tainhas, em sua zona de amortecimento e região de entorno.

Estas ações contribuem para evitar a entrada de animais domésticos e o plantio irregular de Pinus na área do parque. Além destas ações, recomenda-se:

- Que o parque deve atuar ativamente contra a perda das áreas de campos naturais, fazendo monitoramento intensivo destas áreas.
- Promover e executar ações para o controle e erradicação das espécies invasoras

STAKEHOLDERS que poderão auxiliar na Mitigação: IBAMA/ICMBio, FEPAM/SEMA, Conselho Consultivo do Parque

4) Programa de Gerenciamento de Tráfego nos acessos viários do parque:

Considerando que o PE Tainhas recebe parte de seus visitantes em veículos motorizados, em especial os 4X4, se faz necessário o controle desta atividade para prevenção e mitigação dos riscos e impactos associados ao trânsito de veículos na área do parque. Deve ser elaborado um programa que reúna as normas e proibições para o trânsito de veículos no PE Tainhas, o qual minimamente deverá prever:

- Implantar sinalização nos acessos viários que cruzam o parque
- Estabelecer normas para o trânsito de veículos dentro do parque

STAKEHOLDERS que poderão auxiliar na Mitigação: FEPAM/SEMA, ICMBio, SETUR, Prefeituras Municipais, Conselho Consultivo do Parque.

5) Plano de Gerenciamento de Riscos e Contingência: este plano deverá identificar os riscos que possam ocorrer nas atividades de uso público na Unidade de Conservação e indicar as medidas necessárias para sua prevenção e remediação, considerando probabilidade de ocorrência, gravidade e medidas preventivas e reativas quanto à ocorrência.

Eventos imprevisíveis também devem ser considerados neste plano, como os eventos climáticos extremos que podem ocasionar desastres naturais como inundações, deslizamentos, erosões, queda de árvores, etc. Para minimizar os riscos impostos por estas situações, este plano deverá, minimamente, prever:

- Detalhamento do sistema de comunicação, apto a solicitar socorro dos órgãos locais e regionais responsáveis pela defesa civil, segurança social e defesa da saúde, na ocorrência de sinistros comunicados aos servidores da Unidade de Conservação que estiverem em exercício;
- Mapeamento das áreas e atrativos de risco ao usuário, com sua respectiva classificação com relação ao tipo e grau risco, dificuldade de acesso e meios de resgate;
- Detalhamento e localização dos materiais e equipamentos para atendimentos de contingências;
- Protocolo de responsabilidades da equipe do interessado na Unidade de Conservação para atendimento a emergências.
- Fechamento temporário de trilhas e atrativos quando as condições climáticas não estiverem favoráveis

STAKEHOLDERS que poderão auxiliar na Mitigação: Prefeituras Municipais (Defesa civil), Conselho Consultivo do Parque.

6) Programa de Proteção

O PE Tainhas, no âmbito do Programa Operacionais e de Manejo propostos no seu plano de Manejo, apresenta o Programa de Proteção. Este programa visa:

- combater ações irregulares contra os ecossistemas naturais;
- garantir a prevenção e o controle de incêndios no interior da UC e em sua zona de amortecimento;
- garantir a proteção de pesquisadores e visitantes.

As ações previstas para este programa podem representar importante ferramenta para mitigar os

riscos ocasionados pelo avanço da agricultura e outras atividades conflitantes na área de entorno do parque e da suas áreas não regularizadas. Entre estas ações destacam-se:

- Indicação dos limites da UC – instalação de pórticos, cancelas e placas de sinalização;
- Fiscalização integrada com as demais instituições do sistema ambiental
- Estabelecer rotinas de fiscalização no interior do PE Tainhas, em sua zona de amortecimento e região de entorno.

Outro Programa previsto no Plano de Manejo que tem potencial para prevenir e mitigar estes riscos é o Programa de Regularização Fundiária, que tem como atividade prevista realizar o levantamento e regularização das áreas não passíveis de apropriação particular.

STAKEHOLDERS que poderão auxiliar na Mitigação: FEPAM/SEMA, Conselho Consultivo do Parque, Governo do Estado do RS.

1.7. Diretrizes de Acessibilidade

As Estratégias de Acessibilidade têm por objetivo ampliar a oferta de experiências nos PARQUES com o conceito de Inclusão, focando na melhoria das condições de comunicação, atendimento, acessos, mobilidade e atividades.

“O turismo com enfoque social vem se desenvolvendo acentuadamente no mundo, de modo especial no que se refere ao acesso à experiência turística das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

No que concerne ao turismo em relação a esses grupos populacionais é que, atualmente, não existem condições de acessibilidade condizentes. Projetar a igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não com exceção. Nessa reflexão, surge um novo paradigma, em que esses valores agregados conduzem a acessibilidade a uma cultura na qual as necessidades das pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade assumem um caráter estratégico de ação efetiva do Estado.”(Ministério do Turismo, 2006)

Conciliando os pressupostos da inclusão social e do turismo, não se deve separar as pessoas com deficiência dos outros turistas durante o exercício da atividade. Para o turismo representar uma parte do desenvolvimento e bem-estar integral das pessoas com deficiência, ele precisa ser realizado no mesmo espaço em que convivem as pessoas sem deficiência. Com o objetivo de garantir o acesso ao turismo, algumas atitudes devem ser tomadas.

“Os segmentos de Turismo de Aventura e Ecoturismo devem estar abertos aos avanços da legislação e a essa demanda crescente, incorporando em suas atividades as questões relativas à acessibilidade. E existem duas fortes razões para investir nesse tipo de negócio: a possibilidade de acessar um mercado de grande potencial e ainda pouco explorado e o cumprimento de uma importante função social, promovendo a dignidade da pessoa humana, disseminando a não discriminação e incentivando o respeito à diversidade.” (ABETA, 2013),

São diretrizes para a compreensão de acessibilidade, a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Acessível: espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

- a) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) Barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;
- c) Barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transporte público ou privado;
- d) Barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.

Mobiliário urbano: Conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, como semáforos, postes de sinalização e iluminação, telefones públicos, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e outros.

“Atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida não significa apenas adaptar atividades de aventura e estar preparado para interagir com esse público. É necessário implementar a acessibilidade também nas instalações e espaços utilizados por esses clientes, como pisos, percursos, escadas e rampas, corrimãos, elevadores, corredores, portas, janelas, sanitários, balcões de atendimento, telefones, bebedouros, entre outros.

Nesse sentido, a ABNT NBR 90504 apresenta os requisitos técnicos para tornar acessíveis edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos objetos e espaços construídos. Como isso, infelizmente, ainda não é uma realidade, consideramos que na adaptação de espaços e instalações deve-se, pelo menos, buscar a solução mais próxima do que seria um desenho universal.

Assim, mesmo que as empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo, ao adaptarem seus produtos, tenham em vista um público específico, criando, por exemplo, atividades para pessoas com deficiência visual, ou atividades para pessoas com cadeira de rodas, ou qualquer tipo de atividade específica para certa deficiência, devemos buscar adaptações que possam ser utilizadas por todas as pessoas, incluindo os diferentes tipos de deficiências. ” (ABETA, 2013),

O objetivo é que a mesma experiência de visita possa ser vivenciada por todos, tomando como partido a inclusão por meio da acessibilidade.

1.7.1. Comunicação e atendimento

Comunicação e sinalização devem ser distribuídos ao longo do parque, incluindo sinalização visual, tátil e sempre que possível auditiva. Deverão ser didáticas, simples e bem distribuídas, sempre indicando rotas acessíveis, distâncias e os principais pontos. Os avisos devem ser visuais (quadros de avisos eletrônicos ou grandes telas de vídeo) e acústicos (precedidos por um tom).

A diversidade deverá ser considerada como um princípio-chave nas intervenções vislumbradas para novo cenário, considerando consubstanciar princípio básico de cidadania.

Os balcões de informação, postos de informação e bilheteria devem ser claramente indicados e ter uma área de serviço ao cliente acessível, reservada para pessoas com mobilidade reduzida e tão perto quanto possível da entrada.



Centro de Visitantes: Local para recepcionar, informar, educação, alertar, orientar. Infraestrutura deve oferecer local de descanso, alimentação, podendo agregar outros usos como exposições, lojas.

Figura 8. Centro de visitante Kunshan - Fonte: Vector Architects

1.7.2. Acesso e mobilidade

As INTERVENÇÕES deverão observar conceitos de desenho universal, criando-se ambientes acessíveis para pessoas com necessidades especiais, abrangendo todos os tipos de deficiência – como de mobilidade, visual e auditiva –, além das limitações inerentes a classes específicas de usuários, como crianças e idosos.

Estacionamentos: Devem estar disponíveis zonas especiais de estacionamento para os veículos das pessoas com mobilidade reduzida o mais próximo possível da entrada/saída do edifício ou dos locais. Essas áreas devem ser monitoradas para que não sejam usadas por pessoas sem necessidades especiais.

Rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive as com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres.



Melhoria da pavimentação ou desenvolvimento de novos caminhos com pavimento ou estrutura acessível, estável e com a devida comunicação e sinalização, tornando o indivíduo mais autônomo quanto a sua circulação e exploração do parque.

Figura 5. Trilha interpretativa em Hula Valley - Israel Fonte: Eco.brasil

Transporte interno: modais motores com acessibilidade de acesso, para o transporte interno, facilitando o acesso, encurtando distâncias e organizando os fluxos.



Veículos adaptados que facilitem o transporte da pessoa com deficiência em sua própria cadeira.

Figura 6. Charrete adaptada em Brotas. Fonte: Google.

Bicicletas acompanhadas: bicicletas adaptadas onde a cadeira de rodas possa ser acoplada por inteiro.

Cadeira de rodas especiais: uma cadeira de rodas que permita a prática de caminhada ou corrida para qualquer pessoa com mobilidade reduzida ou com deficiência, criança ou adulto.



Dispor de equipamentos adaptados para os visitantes

Necessário que o parque disponha, ainda, de área para manutenção de todos os equipamentos, garantindo a segurança de uso e operação dos mesmos.

Figura 7. Trilha em Eva Lake. Fonte: Eco.brasil

1.7.3. Atividades

Atividades com inclusão e adaptação deverão ser previstas. Uma vez a infraestrutura adequada ao recebimento universal, todos os equipamentos para as atividades deverão acompanhar com a adaptação.

Abaixo um exemplo de algumas atividades, e a adaptabilidade da mesma:

Atividades de aventura para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida										
	Acqua-ríde	Arvorismo	Bóia-cross	Canoaagem	Canoa/guia	Caminhada de curta duração	Rafting	Rapel	Tirolesa	Foto de Estrada
Paraplégico	●	●	□	□	●	△	△	△	△	△
Tetraplégico	●	●	●	●	●	△	△	△	△	△
Def. Visual	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Def. Auditiva	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Def. Mental	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Def. Múltiplo	□	□	□	□	△	□	△	□	□	□

□

Atividade pode ser praticada normalmente, com adaptação mínima e monitores.

△

Atividade pode ser praticada, mas requer uso de equipamentos adaptados.

●

Atividade não apresenta condições de ser praticada com segurança para esse tipo de deficiência.

Figura 9. Matriz de atividades adaptáveis. Fonte: ABETA



Ampliar a sinalização e comunicação de maneira universal, dando autonomia para todos os visitantes.

Figura 10. Trilha adaptada com comunicação em Braille. Foto Rafaela Ely

1.8. Mobilidade e transportes - novos modais

As Estratégias de Mobilidade têm por objetivo ampliar os modais de transporte disponíveis no PARQUE, focando na melhoria das condições de acessos e na redução do tempo despendido em transporte seja entre atrativos ou entre áreas urbanizadas e a UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, prevendo novos sistemas, melhorias de obras viárias, assim como vislumbrar possíveis modelos de gestão e exploração. Avaliação das soluções versus tipos de experiência. Vale reforçar, que todos os meios de transporte que venham ser incorporados na UC deverão incorporação as diretrizes de acessibilidade universal, tornando o serviço inclusivo para todos.

Os sistemas de transporte deverão tirar partido de situações existentes e necessidades reais da UC, afim de evitar custos operacionais desnecessários ao PROJETO e possuem como objetivo fundamental ordenar o fluxo de veículos e visitantes.



Todo o transporte por veículo próprio deve ser abolido no parque e em seu lugar, deve haver um transporte interno com pontos de parada nos atrativos naturais e construídos.

- Pontos de parada circuito interno existente
- Pontos de parada circuito interno proposto

Figura 11. Transporte interno. Fonte: <https://www.terravistagolfcourse.com.br/stimp-meter-como-calcular-a-velocidade-de-um-green/>

2. PLANO DE IMPLANTAÇÃO REFERENCIAL

O Plano de implantação referencial foi construído tendo como base as estratégias orientadoras do projeto, bem como todo o diagnóstico realizado, seja com o viés de oferta e demanda, seja sob o ponto de vista socioambiental. Sendo assim, foi concebido uma proposta preliminar que parte de um diagnóstico e leitura do território, contemplando os aspectos econômicos e sociais, bem como a própria identidade atrelada ao PARQUE ESTADUAL TAINHAS.



A fim de alcançar objetivos sustentáveis à proposta busca dar caminhos para os principais desafios e estímulos para as potencialidades de forma pragmática, com soluções simples e viáveis.

Sendo assim, as propostas buscam criar resultados por meio das intervenções.

A proposta busca potencializar o turismo no PARQUE ESTADUAL TAINHAS como um todo, melhorando a experiência completa do visitante, otimizando a gestão e operação. A proposta se organiza em uma visão macro das atividades e infraestruturas distribuídas no território, organização dos fluxos e mobilidade, ou seja melhorias integrais que qualificam as estruturas existentes.

Propõe-se ainda, a complementação com novos projetos estratégicos, que possuem o objetivo de agregar novas experiências, valores e atividades. Desse modo, espera-se alcançar um projeto dinâmico, coerente e que responda ao diagnóstico de forma propositiva, obtendo um projeto sustentável, equilibrado e que fomente a cultura local e preservação ambiental.

Ainda que tenha sido apresentada a classe de atividade no levantamento, quanto proposta, algumas estruturas poderão sofrer alterações de atividade, abrigando usos mais coerente ou interessantes ao PROJETO.

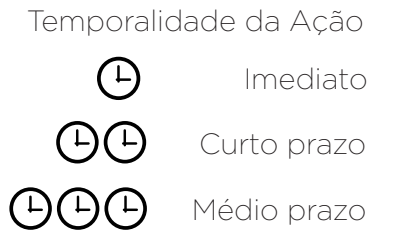


Serão definidas, agora, a exata intervenção que deverá ser feita, sempre respeitando as Estratégias apresentadas e buscando maior atratividade ao PROJETO. As intervenções implicarão também em diferentes custos de investimento.

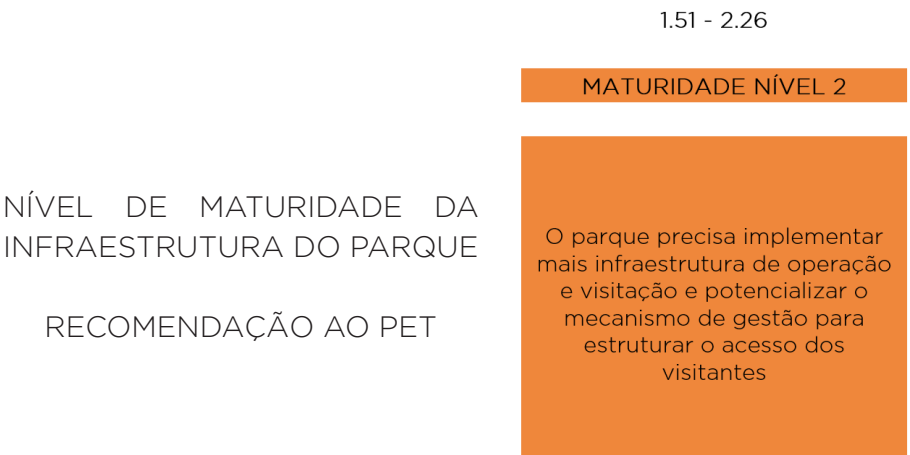


Vale ressaltar, que a temporalidade da ação, quanto a implementação das intervenções, deverá estar em consonância com o PLANO DE NEGÓCIO, entretanto, de modo inicial e apenas focado na infraestrutura, observando a pontuação quanto à temporalidade e necessidade de implantação em imediato, curto ou médio prazo

Dada a natureza do PROJETO, a visão inicial quanto à infraestrutura possui um limite de previsibilidade temporal, pois a infraestrutura deverá estar sempre apta a dar respostas para a sociedade de seu tempo, devendo ser revista ao longo da duração do PROJETO.



Outra baliza fundamental para calibrar as intervenções propostas a seguir, será o resultado obtido no índice de maturidade da infraestrutura, devendo ser sanado os pontos de maior fragilidade e mantendo os pontos já consolidados.



NOTA GERAL

Considerando estarem ainda em curso as atividades pertinentes à modelagem econômico-financeira do projeto - inexistindo, até o presente momento, projeções consolidadas que permitam aferir os limites da viabilidade e as balizas de atratividade e retorno mínimos esperados pelo mercado -, as intervenções descritas serão interpretadas como proposições preliminares e, a depender dos resultados, serão fixadas como investimentos facultativos e/ou obrigatório-condicionados.

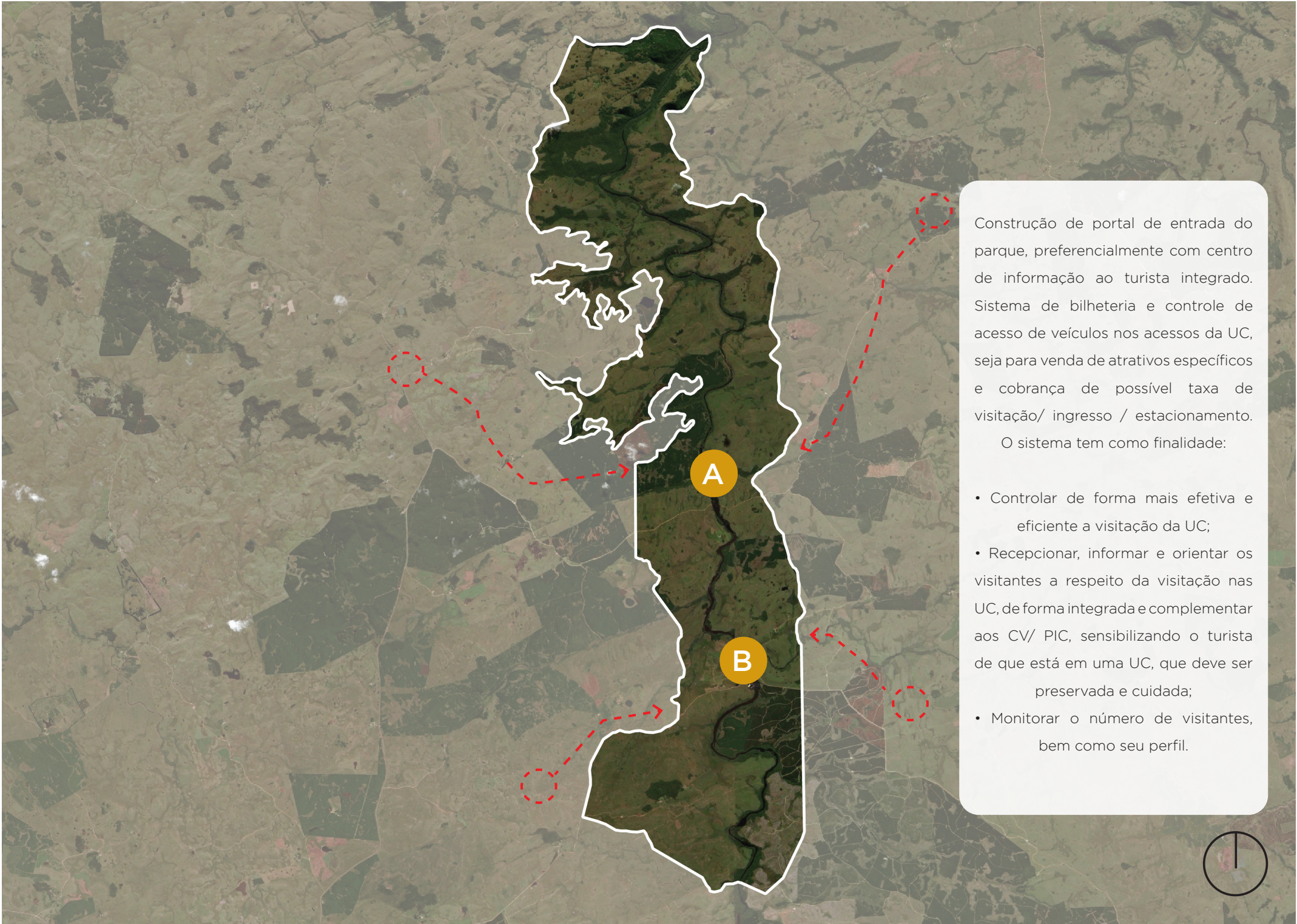
As expectativas e percepções técnicas dos gestores locais do PARQUE foram adequadamente discutidas em diversas oficinas para elaboração inicial do documento.

2.1. Proposta geral - Melhorias integrais

A proposta consiste em evidenciar a vocação dos núcleos existentes e/ou alterar a sua função para potencializar o turismo no local. Em resumo:

A - Passo do “S”: formado pela cachoeira do Passo do “S”, lajeado (leito do rio de baixa profundidade sobre uma laje de pedras) onde o caminho da travessia tem o formato de um “S”. A travessia é feita normalmente de automóveis (4x4) ou a cavalo. A área abrange a administração, garagem para veículos rurais e barcos e o antigo curral.

B - Passo da Ilha: Constituída pela mesma formação geológica do Passo do “S”, sendo mais extensa e tendo aclives de declives em sua rota. A ilha é composta com vegetação mais densa em sua borda, com aberturas que oferecem balneabilidade no seu entorno. Neste núcleo há uma completa estrutura para Camping, com aproximadamente 30 tendas (lonas plásticas em sua maioria), churrasqueiras, vestiários, energia elétrica e até um pequeno comércio e lanchonete. O acesso à ilha pode ser feito também por pedestres através de uma ponte metálica instalada próximo ao acesso do lajedo.



Construção de portal de entrada do parque, preferencialmente com centro de informação ao turista integrado. Sistema de bilheteria e controle de acesso de veículos nos acessos da UC, seja para venda de atrativos específicos e cobrança de possível taxa de visitação/ ingresso / estacionamento.

O sistema tem como finalidade:

- Controlar de forma mais efetiva e eficiente a visitação da UC;
- Recepcionar, informar e orientar os visitantes a respeito da visitação nas UC, de forma integrada e complementar aos CV/ PIC, sensibilizando o turista de que está em uma UC, que deve ser preservada e cuidada;
- Monitorar o número de visitantes, bem como seu perfil.

Figura 12. Mapa de transporte ao parque e identificação dos núcleos. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing

2.1.1. Elementos urbanos

Novos mobiliários deverão ser implementados para criar novas formas de interação com os visitantes, além de criar uma identidade adequada e única para o PARQUE. Os elementos urbanos deverão ser capazes de dar suporte ao visitante em uma melhor experiência do PARQUE conforme o tipo de uso e prática realizadas, sejam elas de lazer, contemplação ou esportiva.

Deve-se prever:

- Espaçamento entre mobiliários adequado para cada área do PARQUE;
- Lixeiras duplas, com coleta seletivas, com abrangência de um raio de 200 metros nos núcleos;
- Sinalização visual e totens de comunicação em entradas e saídas, próximos à edifícios e distribuídos de forma homogênea pelas áreas de maior circulação de visitantes, com raios de 200 metros, bilíngue;
- Diferentes tipos de mobiliários, porém com a mesma linguagem construtiva de madeira e metal adequados a durabilidade necessária e que componham a paisagem de forma harmônica e compatível com a identidade do PARQUE;
- Aumento de pontos de bebedouros com modelos adequados e acessíveis para que crianças e visitantes tenham ao menos alguns pontos para beber água;
- Mesas de piquenique e de estadia em áreas sombreadas.

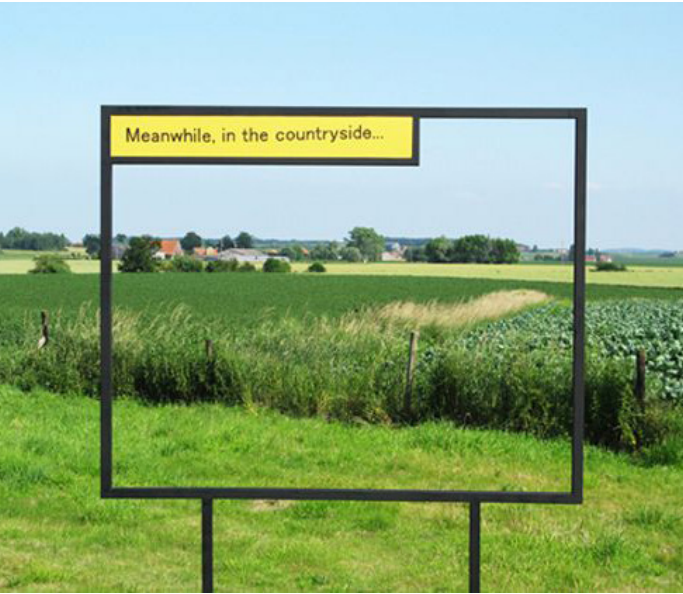


Figura 13. <https://br.pinterest.com/pin/419116309072175745/>
Figura 14. <https://br.pinterest.com/julobencomo/caminer%C3%ADa-pasillo/>
Figura 15. <https://br.pinterest.com/pin/285697170086350962/>
Figura 16. <https://br.pinterest.com/pin/437060338823657545/>
Figura 17. <https://br.pinterest.com/pin/1407443623046324/>
Figura 18. <https://www.pinterest.ca/pin/647603621388959923/>
Figura 19. <https://br.pinterest.com/pin/354236326947936428/>
Figura 20. <http://www.envirofloat.com/swimplatforms.htm>

2.2. Masterplan - Núcleo Passo do “S”



Figura 21. Núcleo Passo do “S”. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing

● manutenção ● reforma ● nova intervenção

2.2.1. Avaliação da mobilidade - Núcleo Passo do “S”

INSERÇÃO DE TRANSPORTE INTERNO DE LIGAÇÃO DOS NÚCLEOS

1) Como os dois núcleos não possuem conexão, deve-se verificar a possibilidade de implantação formal da estrada de trator existente para que os visitantes possam acessar estas localidades através de transporte interno sem ter que sair do parque para tal.

CAMINHOS, ESTACIONAMENTO E ACESSIBILIDADE

- 2) Estradas de terra externas de acesso ao parque: alinhar com a Prefeitura local e órgãos competentes que a manutenção e conservação das estradas de acesso ao parque sejam realizadas periodicamente.
- 3) Estradas de terra internas do parque: estas deverão passar por obras de conservação e manutenção constantes para evitar áreas de buracos, atolamento e derrapagens em períodos de chuva.
- 4) Caminhos pavimentados e não pavimentados para pedestres: os caminhos devem passar por manutenção constante e reparos para consertar possíveis rachaduras, buracos e desgaste geral.
- 5) Trilhas: devem passar por manutenção constante como a poda da vegetação que avançar com o tempo, conservação e reparo em trechos do caminho com o objetivo de evitar buracos e depressões e inserir guarda corpos em trechos perigosos.
- 6) Deverá ser realizada manutenção dos estacionamentos existentes, criando um novo sistema de vagas ordenadas e bem sinalizadas, de forma a acomodar os veículos de visitantes nos locais permitidos, diminuindo, os impactos negativos na visitação e no ecossistema. Não é recomendável pavimentar nenhuma área e as já pavimentadas deverão receber melhorias integrais em seus pavimentos.
- 7) Todo os caminhos de pedestres, edificações do parque deverão ser adaptados à acessibilidade universal.

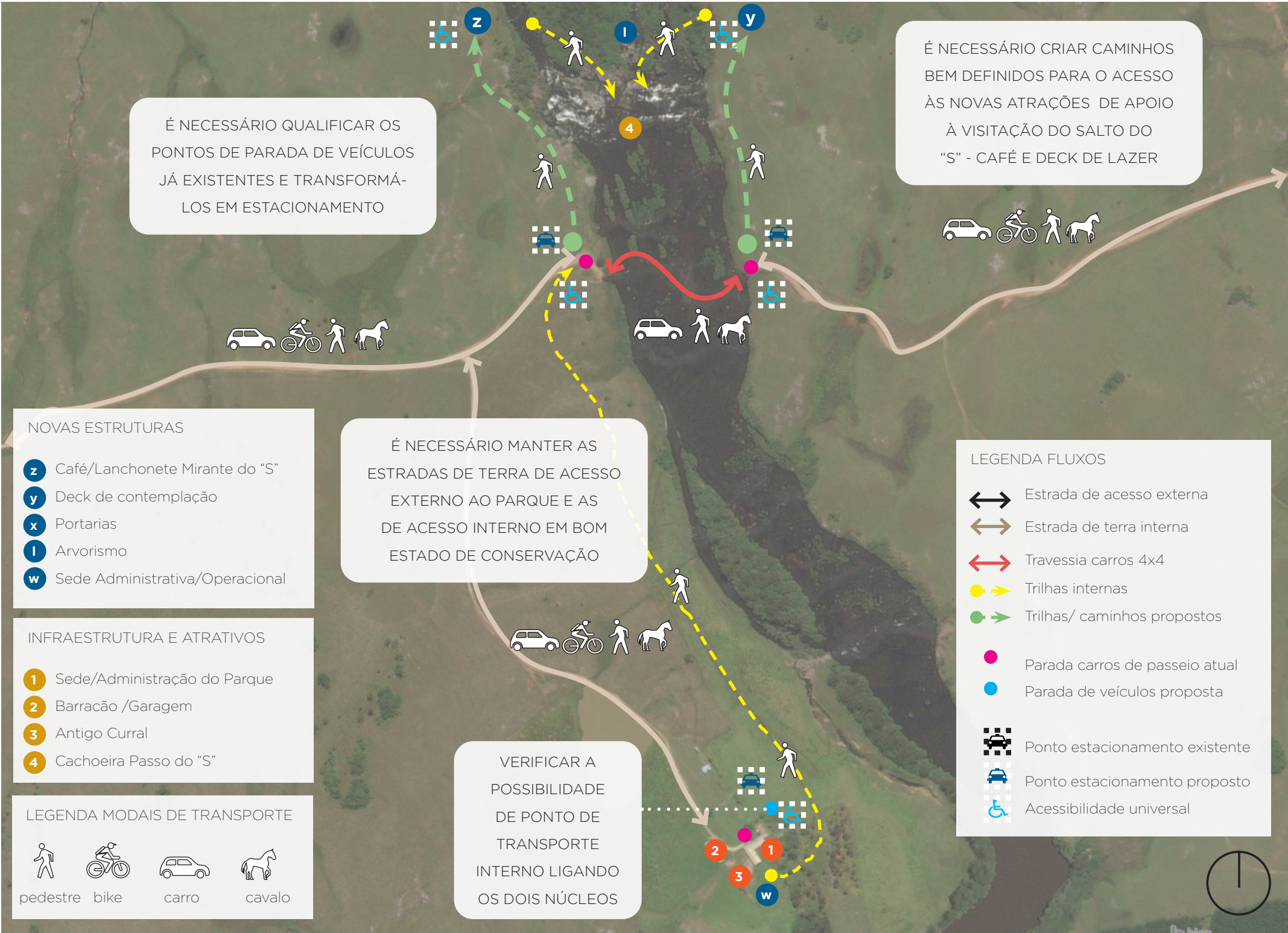


Figura 22. Mapa de mobilidade sugerida do parque. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing

● manutenção ● reforma ● nova intervenção

EXPERIÊNCIA DE AVENTURA COM
FORTE IMERSÃO CULTURAL



Figura 23. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria.

2.2.2. Descrição das intervenções específicas - Núcleo Passo do “S”



Sede/Administração do Parque: Esta maior edificação é composta por 3 tipologias de espaço: dormitórios e banheiros, espaços de convivência e administrativo, e galpão social e cozinha. Todas estas áreas deverão ser reformadas e atualizadas sem perder o seu contexto histórico cultural. Será possível reformar a cozinha para viabilizar a implantação de um restaurante campeiro no celeiro assim como novas funções de hospitalidade para a edificação..

REFORMA

APOIO AO VISITANTE



Barracão / Garagem // Apoio a passeios equestres e de ciclismo: Mantendo contexto rural e simplicidade esta infraestrutura deverá receber reforma e atualização. É sugerido que esta edificação sirva de base para receber as atividades de passeios equestres, ciclismo e outras.

REFORMA

APOIO AO VISITANTE



Antigo Curral // Espaço de serviços complementares: É sugerida a reforma e adaptação para a criação de uma loja ou espaço de serviços complementares à experiência campeira.

REFORMA

APOIO AO VISITANTE



2.2.3. Novas Estruturas - Núcleo Passo do “S”



Café Mirante do “S”: Há trilhas nas 2 margens do rio, onde é possível chegar bem perto das quedas em diferentes ângulos. Deverá ser construída uma passarela deck para dar acessibilidade e um ponto de observação / descanso em ambos os lados da cachoeira. Se propõe um café mirante para amplificar a experiência do visitante na margem esquerda do rio.

NOVA
INTERVENÇÃO

ALIMENTOS
E BEBIDAS



Deck de Contemplação: Deverá ser construída uma passarela deck para dar acessibilidade e um ponto de observação/descanso em ambos os lados da cachoeira. Se propõe um grande deck de contemplação e convivência margem direita, para que o visitante possa se aproximar da cachoeira desde cima de forma segura e assim evitar acidentes de escorregamento. O espaço poderá ser o ponto de partida para as práticas de rapel, arvorismo e cachoeirismo.

NOVA
INTERVENÇÃO

INFRAESTRUTURA



Arvorismo: novo percurso de arvorismo.

NOVA
INTERVENÇÃO

ATRATIVOS



Nova Sede Administrativa/Operacional: Esta nova infraestrutura deverá ser construída quando o uso da antiga passar a ser focada para dar apoio à visitação. Deverá ser previsto ambulatório.

NOVA
INTERVENÇÃO

OPERACIONAL



Portarias: Para controlar o acesso ao PARQUE, protegendo o meio ambiente e gerando caixa, as portarias deverão ser construídas em ambos limites do PARQUE usando materialidades locais como a pedra grés e pinus. Deverão fornecer infraestrutura de acesso à internet com a possibilidade de acesso e controle remoto facilitando e melhorando a experiência do visitante.

NOVA
INTERVENÇÃO

OPERACIONAL



Figura 24. Imagem de referência v. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/293930313175291851/>
Figura 25. Imagem de referência u. Fonte: <http://www.envirofloat.com/swimplatforms.htm>
Figura 26. Imagem de referência s. Fonte: <https://www.theblondeabroad.com/amazing-glamping-destinations-in-the-usa/>
Figura 27. Imagem de referência r. Fonte: <https://archinect.com/firms/project/17874107/pratt-security-kiosk/125912032>
Figura 28. Arvorismo Fonte: <https://compradeingressos.com.br/gramado/arvorismo-alpen-park>

2.2.4. Matriz Resumo - Núcleo Passo do “S”

Tabela 2. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO DE MANEJO: Elaboração própria

NÚCLEO PASSO DO “S”	TIPO DA INTERVENÇÃO	CLASSE DE USO	ZONEAMENTO DO LOCAL	COMPATIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS E NORMAS	OBS
Sede/Administração do parque	Reforma	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequada	
Barracão / Garagem // Apoio a passeios equestres e de ciclismo	Reforma	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequada	
Antigo Curral // Espaço de serviços complementares	Reforma	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequada	
Café Mirante do “S”	Nova Intervenção	Alimentos e bebidas	Zona de Uso Intensivo - ZUI	Adequada	Considerar que a ZUI está contida em uma faixa de até 100 metros da margem do rio Tainhas, devendo portanto estas intervenções estarem contidas nesta faixa.
Arvorismo	Nova Intervenção	Atrativo	Zona de Uso Intensivo - ZUI	Semi-adequado	
Deck de Contemplação	Nova Intervenção	Infraestrutura	Zona de Uso Intensivo - ZUI	Adequada	Considerar que a ZUI está contida em uma faixa de até 100 metros da margem do rio Tainhas, devendo portanto estas intervenções estarem contidas nesta faixa.
Portarias	Nova Intervenção	Operacional	Zona de Uso Conflitante I - ZUC I	Adequada	
Nova Sede Administrativa/Operacional	Nova Intervenção	Operacional	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequada	Esta transição de vocação da estrutura deve ser acompanhada por revisão do Plano de Manejo com alteração da sua zona para Zona de Uso Intensivo.

2.3. Masterplan - Núcleo Passo da Ilha



Figura 3. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021

2.3.1. Avaliação da Mobilidade - Núcleo Passo da Ilha



Figura 29. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021

● manutenção ● reforma ● nova intervenção

PERSPECTIVA ILUSTRATIVA
DO GLAMPING PROPOSTO



Figura 30. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria.

2.3.2. Descrição das intervenções específicas - Núcleo Passo da Ilha



Camping Passo da Ilha / Marketfood: As infraestruturas deverão ser demolidas de acordo com o Plano de Manejo, e suas margens e interior devem ser requalificadas, para tanto é orientado que sejam selecionadas áreas internas da ilha para implantação de pequenos quiosques de alimentação/lazer, espaço de convivência e decks em pontos específicos para contemplação na rio para evitar o pisoteamento da fauna aquática da ilha. Todas as medidas para evitar a compactação do solo e preservação da vegetação é prioritário. Estas ações devem ser alinhadas no Plano de Manejo.



NOVA
INTERVENÇÃO

ALIMENTOS
E BEBIDAS



2.3.3. Novas Estruturas - Núcleo Passo da Ilha



Bolsão de estacionamento: Esta nova estrutura deverá ser construída para receber os veículos dos visitantes de maneira a minimizar os possíveis impactos ambientais e interferência indesejadas na paisagem.

NOVA
INTERVENÇÃO

INFRAESTRUTURA



Deck de Lazer do Novo Camping: Inserido ao sul do Passo da Ilha, onde as águas são mais calmas, esta infraestrutura poderá atender ao público das infraestruturas propostas e também a aqueles que querem ter contato com a água, longe da passagem dos veículos 4x4. Poderá servir de suporte para atividades aquáticas como stand up paddle, canoagem, flutuação e balneário, entre outros.

NOVA
INTERVENÇÃO

INFRAESTRUTURA



Novo Camping: Inserido ao sul do Passo da Ilha e à margem direita, onde as águas são mais calmas, este novo núcleo poderá oferecer aos visitantes toda a experiência cultural do Camping local. A nova localização do Camping poderá minimizar impacto ambiental e ampliar a experiência do PARQUE.

NOVA
INTERVENÇÃO

APOIO AO
VISITANTE



Glamping: Inserido ao sul do Passo da Ilha e à margem direita, onde as águas são mais calmas, o Glamping poderá oferecer uma experiência mais sofisticada de Camping. Sugere-se preferencialmente sob forma de módulos, que possam ser ampliados à medida que o fluxo aumente. Recomenda-se que seja instalado em uma área do parque mais reservada, preferencialmente, e se possível, aproveitando o relevo com vistas para o campo, mata ou idealmente ao rio Tainhas

NOVA
INTERVENÇÃO

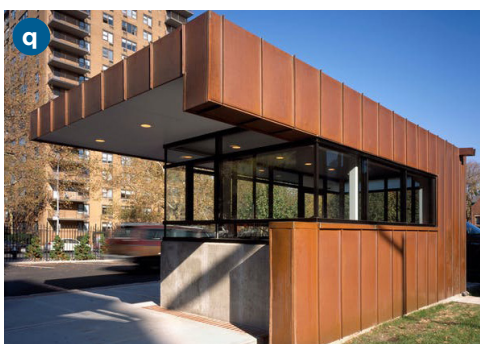
APOIO AO
VISITANTE



Bloco Operacional de Apoio: Estas infraestruturas poderão servir de apoio para o Camping e Glamping. Nelas poderá ser feita a armazenagem de equipamentos utilizados nas atividades do núcleo assim como os materiais e infraestruturas operacionais de hospedagem incluindo um restaurante e loja de conveniência.

NOVA
INTERVENÇÃO

OPERACIONAL



Portarias: Para controlar o acesso ao PARQUE, protegendo o meio ambiente e gerando caixa, as portarias deverão ser construídas em ambos limites do PARQUE usando materialidades locais como a pedra grés e pinus. Deverão fornecer infraestrutura de acesso à internet com a possibilidade de acesso e controle remoto facilitando e melhorando a experiência do visitante.

NOVA
INTERVENÇÃO

OPERACIONAL



Figura 31. Estacionamento <https://br.pinterest.com/pin/293930313175291851/>

Figura 32. Deck. <http://www.envirofloat.com/swimplatforms.htm>

Figura 33. Portaria. <https://archinect.com/firms/project/17874107/pratt-security-kiosk/125912032>

PERSPECTIVA ILUSTRATIVA
DA REFORMA DO CAMPING



Figura 34. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria.

2.3.4. Matriz Resumo - Núcleo Passo da Ilha

Tabela 3. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO E MANEJO: Elaboração própria

NÚCLEO PASSO DA ILHA	TIPO DA INTERVENÇÃO	CLASSE DE USO	ZONEAMENTO DO LOCAL	COMPATIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS E NORMAS	OBS
Camping Passo da Ilha	Nova Intervenção	Alimentos e bebidas	"Zona de Recuperação - ZR VI (Ilha) Zona de Uso Conflitante - ZUC IV (Entorno da Ilha)"	Adequada	As propostas estão adequadas as diretrizes do Plano de Manejo para requalificação e recuperação destas áreas. Deverão propostas e, caso aprovadas, incluídas na revisão do Plano de Manejo com definição de novo zoneamento para os locais.
Bolsão de estacionamento	Nova Intervenção	Infraestrutura	Zona de Uso Conflitante - ZUC II	Adequada	Este bolsão de estacionamento deverá ser posicionado fora da faixa de APP do Rio Tainhas, conforme diretriz do Plano de Manejo. O PM indica que a APP é de 30 metros. Contudo, é mais prudente adotar a faixa de 100 metros, conforme Lei Federal nº 12.651/2012.
Deck de Lazer do Novo Camping	Nova Intervenção	Infraestrutura	Zona de Recuperação - ZR V	Compatível	Esta proposta de intervenção deverá ser acompanhada de uma proposta de alteração do zoneamento da área para Zona de Uso Intensivo
Novo Camping	Nova Intervenção	Apoio ao visitante	Zona de Recuperação - ZR V	Compatível	Esta proposta de intervenção deverá ser acompanhada de uma proposta de alteração do zoneamento da área para Zona de Uso Intensivo
Glamping	Nova Intervenção	Apoio ao visitante	Zona de Recuperação - ZR V	Compatível	Esta proposta de intervenção deverá ser acompanhada de uma proposta de alteração do zoneamento da área para Zona de Uso Intensivo
Bloco Operacional de apoio	Nova Intervenção	Operacional	Zona de Recuperação - ZR V	Compatível	Esta proposta de intervenção deverá ser acompanhada de uma proposta de alteração do zoneamento da área para Zona de Uso Intensivo
Portarias	Nova Intervenção	Operacional	Zona de Uso Conflitante - ZUC II	Adequada	

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA e Ministério do Turismo. Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo M294 de aventura – Belo Horizonte: Ed. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2010.

Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Turismo e acessibilidade: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

<http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/1283-trilhas-pessoas-com-necessidades-especiais>, acessado em março de 2021

Plano de Manejo do PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS ; coordenação, Glayson Ariel Benche. Marcelo Maisonette Duarte - Porto Alegre: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018.

<https://sinduscon-rs.com.br/produtos-e-servicos/pesquisas-e-indices/cub-rs/>, ACESSO EM MARÇO DE 2021

4. ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 2. Diagrama esquemático de fatores considerados no Planejamento Atividades. Fonte: Elaboração própria 3

Figura 1. Infraestruturas com interesse. Fonte: Elaboração própria 3

Figura 3. Diagrama esquemático de fatores considerados nas materialidades. Fonte: Elaboração própria 8

Figura 4. Conceitos Sustentabilidade aplicado. Fonte: Elaboração própria 9

Figura 8. Centro de visitante Kunshan - Fonte: Vector Architects 13

Figura 5. Trilha interpretativa em Hula Valley - Israel Fonte: Eco.brasil 13

Figura 6. Charrete adaptada em Brotas. Fonte: Google. 13

Figura 7. Trilha em Eva Lake. Fonte: Eco.brasil 13

Figura 9. Matriz de atividades adaptáveis. Fonte: ABETA 14

Figura 10. Trilha adaptada com comunicação em Braille. Foto Rafaela Ely 14

Figura 11. Transporte interno. Fonte: <https://www.terravistagolfcourse.com.br/stimpmeter-como-calculer-a-velocidade-de-um-green/> 14

Figura 12. Mapa de transporte ao parque e identificação dos núcleos. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 16

Figura 13. <https://br.pinterest.com/pin/419116309072175745/> 17

Figura 14. <https://br.pinterest.com/juliobencomo/caminer%C3%ADa-pasillo/> 17

Figura 15. <https://br.pinterest.com/pin/285697170086350962/> 17

Figura 16. <https://br.pinterest.com/pin/437060338823657545/> 17

Figura 17. <https://br.pinterest.com/pin/1407443623046324/> 17

Figura 18. <https://www.pinterest.ca/pin/647603621388959923/> 17

Figura 19. <https://br.pinterest.com/pin/354236326947936428/> 17

Figura 20. <http://www.envirofloat.com/swimplatforms.htm> 17

Figura 21. Núcleo Passo do “S “. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 18

Figura 22. Mapa de mobilidade sugerida do parque. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 19

Figura 23. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria. 20

Figura 24. Imagem de referência v. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/293930313175291851/> 22

Figura 25. Imagem de referência u. Fonte: <http://www.envirofloat.com/swimplatforms.htm> 22

Figura 26. Imagem de referência s. Fonte: <https://www.theblondeabroad.com/amazing-glamping-destinations-in-the-usa/> 22

Figura 27. Imagem de referência r. Fonte: <https://archinect.com/firms/project/17874107/pratt-security-kiosk/125912032> 22

Figura 28. Arvorismo Fonte: <https://compradeingressos.com.br/gramado/arvorismo-alpen-park> 22

Figura 29. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021 25

Figura 30. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria. 26

Figura 31. Estacionamento <https://br.pinterest.com/pin/293930313175291851/> 28

Figura 32. Deck. <http://www.envirofloat.com/swimplatforms.htm> 28

Figura 33. Portaria. <https://archinect.com/firms/project/17874107/pratt-security-kiosk/125912032> 28

Figura 34. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria. 29

5. ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Condicionantes arquitetônicas. Fonte: Elaboração própria 4

Tabela 2. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO DE MANEJO: Elaboração própria 23

Tabela 3. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO E MANEJO: Elaboração própria 30